

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE VOL 18 NO 1 DEZEMBRO 2015



Durante o período 2015-2020, a SADC vai esforçar-se em progredir de uma economia orientada para a indústria para uma economia orientada para investimentos, enquanto entre 2021-2050 a região pretende avançar para uma economia orientada para a inovação.

| | |
|---------------------|-------|
| POLÍTICA | 3 |
| MUDANÇAS CLIMÁTICAS | 4-5 |
| ELEIÇÕES | 6 |
| PAZ & SEGURANÇA | 7 |
| ENERGIA | 8-10 |
| COMÉRCIO | 11 |
| CHINA-ÁFRICA | 12-13 |
| COOPERAÇÃO | 14 |
| EVENTOS | 15 |
| HISTÓRIA HOJE | 16 |

2015 Rumo a Industrialização e integração Regional

2015 FOI um ano rico em eventos na África Austral, destacando-se a aprovação histórica de uma estratégia de industrialização e um plano de desenvolvimento regional reajustado, bem como o lançamento de um mercado alargado que se estende do Cabo ao Cairo.

Os líderes da SADC aprovaram a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063, durante uma Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Abril no Zimbabwe.

A estratégia e roteiro destina-se a garantir que os Estados-Membros aproveitem todo o potencial dos seus vastos e diversificados recursos naturais.

A maioria dos Estados Membros da SADC recebem muito pouco em troca dos seus valiosos recursos porque estes são normalmente exportados em forma bruta, com a maior parte do valor acrescentado ocorrendo fora da região, beneficiando assim os outros países.

A estratégia e roteiro está assente em três pilares, a saber, "Industrialização, Competitividade e Integração Regional".

Durante o período 2015-2020, a SADC vai

esforçar-se em progredir de uma economia orientada para a indústria para uma economia orientada para investimentos, enquanto entre 2021-2050 a região pretende avançar para uma economia orientada para a inovação.

A meta da SADC entre 2051 e 2063 será alcançar altos níveis de crescimento económico, competitividade, renda e emprego.

O desenvolvimento da estratégia e o do roteiro foi determinante para a finalização do novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), que também foi aprovado pela Cimeira Extraordinária.

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos aprovado por líderes da SADC em 2003 como um projecto de integração e desenvolvimento regional.

O plano esteve sob avaliação e revisão como parte dos esforços para realinhar agenda de desenvolvimento da região em função das novas realidades e dinâmicas globais emergentes, e tomando em conta questões de industrialização.

O RISDP Revisto identifica quatro prioridades principais a serem implementadas na região entre 2015-2020.



continua na página 2...

2015

Rumo a Industrialização e integração Regional

A prioridade A visa promover o desenvolvimento industrial e a integração do mercado através do reforço da capacidade de competitividade e do lado da oferta produtiva dos Estados membros, bem como melhorar a circulação de mercadorias e facilitar a integração do mercado financeiro e de cooperação monetária.

A Prioridade B centra-se no fornecimento e aperfeiçoamento de infra-estruturas de apoio para a integração regional.

A Prioridade D centra-se na promoção de programas especiais de dimensão regional como educação e desenvolvimento dos recursos humanos; Saúde, HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis; segurança alimentar e recursos naturais transfronteiriços; ambiente; Estatística; igualdade de género; ciência, tecnologia e inovação, a investigação e desenvolvimento.

As três prioridades acima indicadas serão apoiadas pela Prioridade C atinente a promoção da paz e segurança.

Apesar da execução dos dois programas regionais já ter iniciado, a região está a finalizar um plano detalhado de custos para assegurar que os planos de acção sejam efectivamente aplicados.

Além da aprovação do RISDP revisto, da estratégia e do roteiro, o ano de 2015 testemunhou a criação de um mercado integrado que abrange 26 Países na África Austral e Oriental, o que representa um movimento ousado de África para promover o comércio interno.

A Área Tripartida de Comércio Livre (ATCL), que compreende o Mercado Comum da África Oriental e Austral, a Comunidade dos Estados da África Oriental e a SADC, foi lançado em Junho, em Sharm El Sheik, no Egipto.

A criação do mercado alargado vai impulsionar o comércio intra-regional em África e aprofundar a integração regional através da melhoria das infra-estruturas de desenvolvimento, fluxos de

investimentos e aumento da concorrência.

A ATCL cria uma população combinada de cerca de 600 milhões de pessoas, cobrindo metade dos Estados-Membros da União Africana (UA) e um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de um trilhão de dólares norte-americanos.

Mais importante ainda, a ATCL é um passo decisivo para a realização da visão da UA de criar uma Comunidade Económica Africana como previsto no Plano de Acção de Lagos, na Declaração Final de Lagos de 1980, no Tratado de Abuja de 1991, bem como na Resolução da Cimeira da UA realizada em 2006 em Banjul, na Gâmbia.

África vai lançar uma ACL Continental em 2017 para promover o movimento suave de bens, serviços e pessoas em todo o continente.

No desenvolvimento de energia, a África Austral testemunhou a histórica aprovação do Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE).

Aprovado na 34ª Reunião dos Ministros de Energia da SADC, realizada em Julho, na África do Sul, o SACREEE poderá mudar a "cenário de desenvolvimento de energia na SADC", permitindo que a região aproveite plenamente o seu vasto potencial de energias renováveis.

Baseado na Namíbia, o centro vai, entre outras coisas, liderar a promoção do desenvolvimento das energias renováveis na região.

No que diz respeito à paz, o ano foi marcado, mais uma vez, para consolidar as credenciais da SADC como uma região estável em vários aspectos. Estes incluem a mediação de paz em Países como Lesotho e Madagáscar, bem como o envio de missões de observação para quatro Países que realizaram eleições durante os últimos 12 meses.

Lesotho, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e

Seychelles realizaram eleições, que foram endossadas pela SADC e outros observadores como tendo sido credíveis e pacíficas.

Houve uma transição suave de poder nos três Países, bem como na Namíbia e Moçambique.

A região da SADC acolheu AMANI África II na África do Sul. O exercício, que reuniu milhares de forças armadas de África é um grande passo na formação da força continental de prontidão.

A finalidade do exercício continental é testar a implantação de uma força africana de prontidão, com especial referência na rápida capacidade de mobilização e posicionamento num prazo de 14 dias após a decisão das autoridades competentes.

Durante este ano, os Ministros da SADC responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher concordaram em rever as metas do Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, no âmbito dos novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas aprovados em 2015 para substituir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento foi adoptado em 2008 para promover a autonomia das mulheres, eliminar a discriminação e alcançar a qualidade e equidade de género através de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género.

O protocolo entrou em vigor em 2013, após a ratificação do instrumento pelos necessários dois terços dos Estados-Membros que tinham assinado.

Os ministros refletiram sobre os progressos realizados na implementação dos objectivos do Protocolo de 2015.

Quanto a aspectos relacionados com o desenvolvimento da água, os Ministros da Água da SADC concordaram em apoiar pessoas focais do género, a fim de sustentar as actividades de

integração do género no sector da água.

A medida está em consonância com os instrumentos da política regional que insta todas as instituições do sector de Águas da SADC para integrar os princípios, metas e objectivos da integração do género nos seus programas de administração e implementação.

O ano também testemunhou a adopção de um novo acordo sobre o clima, que estabeleceu uma base para a comunidade global visando combater os impactos das mudanças climáticas. No entanto, houve pouco de agrado para a África porque algumas de suas principais expectativas, que incluem uma maior atenção à agricultura, a melhoria das finanças, transferência de tecnologia e adoção, e capacitação, ainda continuam por resolver.

A 35ª Cimeira da SADC realizada em Agosto marcou o início de uma nova liderança liderada pelo Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana, que assumiu a presidência da SADC do seu homólogo do Zimbábue, o Presidente Robert Mugabe, que também é presidente da União Africana.

Entre as resoluções da Cimeira, destaca-se a uma histórica decisão para desenvolver um plano para homenagear os fundadores da SADC, e um novo livro sobre Julius Nyerere, intitulado Asante Sana, obrigado Mwalimu, lançado na Cimeira.

O ano de 2015 também viu a região da SADC a acolher com sucesso o Fórum de Cooperação China África (FOCAC) em Joanesburgo, na África do Sul.

A cimeira tomou medidas corajosas para cimentar benefícios mútuo entre os dois lados elevando os laços de cooperação ao mais alto nível, incluindo um novo fundo chinês avaliado em 60

bilhões de dólares norte-americanos para apoiar o desenvolvimento no continente Africano.

sardc.net r



Rumo a utilização e gestão sustentável do meio ambiente e recursos naturais

A **UTILIZAÇÃO** e gestão sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais para o crescimento socioeconómico é um compromisso constante no Tratado da SADC, e esse compromisso reflete-se na promulgação de vários protocolos, programas e instrumentos regionais, bem como na participação activa dos Estados-Membros nas negociações e ratificação de acordos multilaterais sobre o meio ambiente. Os Ministros da SADC responsáveis pelo Meio Ambiente e Recursos Naturais estiveram reunidos em Novembro, em Gaborone, Botswana, para rever o progresso feito na implementação desses compromissos sobre a gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, e ainda analisar e aprovar novos programas, estratégias e políticas regionais para o sector do meio ambiente. Algumas das questões discutidas foram as seguintes. r

OS MINISTROS EXORTARAM os Estados Membros para se prepararem e fazerem apresentações na 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES) marcada para 24 Setembro - 5 Outubro 2016 no Joanesburgo, África do Sul.

A CITES é um acordo internacional que visa assegurar que o comércio internacional de animais e plantas

Aprovada nova Estratégia sobre Mudanças Climáticas

OS MINISTROS aprovaram novos programas e estratégias para fazer avançar a agenda de integração regional, promover a resiliência às mudanças climáticas, reduzir as emissões

dos gases de efeito estufa, e promover formas de desenvolvimento de baixo carbono e eficiência de utilização dos recursos.

As estratégias aprovadas são o Programa de Acção Sub-Regional de Combate à Desertificação (SRAP) e Estratégias de Mudanças Climáticas e Economia Verde, e operacionalização da Lei Contra a Caça Furtiva.

Os Ministros também elogiaram a inclusão da economia azul como uma das novas fronteiras para Estados Membros da SADC.

Os Estados-Membros e outras partes interessadas foram instados a acelerar a implementação das estratégias e programas aprovados, a fim de conter e, quando possível, inverter a actual tendência de degradação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A reunião acordou que os Estados-Membros deverão continuar a implementar os acordos ambientais multilaterais prioritários para a região da SADC, particularmente as três Convenções do Rio sobre as Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desertificação.

A reunião sublinhou a necessidade da região desenvolver posições comuns para falar com uma só voz, a fim de alcançar resultados benéficos para a região. r

Necessidade de eliminar o comércio ilegal na floresta, fauna e flora

região, observando que a SADC é rica em recursos naturais, como a pesca, florestas e minerais, e é o habitat das maiores populações de animais selvagens, incluindo elefantes e rinocerontes.

A maioria desses recursos naturais estão ameaçados pela exploração ilegal, comércio ilegal, pela exploração excessiva e pelos impactos das mudanças climáticas. Como resultado, esses desafios minam o progresso que a região está a fazer na componente da segurança alimentar, criação de emprego e desenvolvimento económico.

Os Ministros destacaram a necessidade de reforçar os esforços para combater a caça ilegal e controlar o comércio ilegal de animais selvagens e proteger a flora e a fauna da região.

Eles observaram progressos na contenção da caça furtiva de rinocerontes e elefantes, desenvolvimento da capacidade na educação ambiental, medição do carbono florestal e habilidades de negociação para o engajamento eficaz nos fóruns multilaterais.

A SADC desenvolveu vários instrumentos para impedir o comércio ilegal de animais selvagens. Estes instrumentos incluem os protocolos sobre silvicultura, pescas, conservação dos animais selvagens e manutenção da Ordem Pública, Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, e Gestão dos Recursos Hídricos Partilhados, que promovem a gestão e utilização sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente. r

SADC prepara-se para CITES

selvagens sem ameaçar a sua sobrevivência.

O Comércio internacional de espécies selvagens é lucrativo, estimado em biliões de dólares. Os níveis de exploração e comercialização de algumas espécies animais e vegetais são elevados e, juntamente com outros factores como a perda de habitat, há uma forte probabilidade de estarem a ser esgotadas as suas populações e levando algumas espécies à beira da extinção, daí a necessidade de regulamentar o comércio, a fim de salvaguardar esses recursos.

Uma das questões actuais que os Países da SADC querem discutir é a necessidade de levantar a proibição internacional do comércio de marfim. A comunidade internacional impôs uma proibição do comércio de marfim, há alguns anos para proteger os elefantes e rinocerontes, que estavam rapidamente a esgotar em algumas áreas.

No entanto, a proibição afecta seriamente as receitas pela conservação dos animais na maioria dos países. A maioria dos países com uma grande população de elefantes acumulou grandes quantidades de marfim apreendido e não podem vender enquanto a proibição prevalecer, estimulando a o aumento da caça furtiva uma vez que as comunidades não estão a beneficiar dos rendimentos do comércio do marfim. r

Rumo a ACTF e concessões de turismo

OS MINISTROS reconheceram a importante contribuição dos recursos naturais e do meio ambiente no desenvolvimento socioeconómico da

O DESENVOLVIMENTO DE Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACTFs) é uma das principais iniciativas para a gestão sustentável dos recursos

naturais na região, e os ministros observaram que o desenvolvimento de uma série de ACTFs como Kavango-Zambezi (KAZA), o Grande Limpopo e, mais recentemente, Malawi-Zâmbia.

Os Ministros aprovaram orientações sobre concessões de turismo no contexto do desenvolvimento de ACTFs para facilitar parcerias equitativas e empresas mistas entre as comunidades locais e o sector privado.

As orientações poderão ajudar a implementação de projectos futuros nas ACTFs para que coexista a conservação e o investimento.

Concessões de turismo estão a emergir como um novo produto turístico poderoso na África Austral e no resto do mundo. Uma grande variedade de atracções, como montanhas para alpinismo, trilhas para caminhada, corrida e eventos de canoa, eventos culturais e festivais, além de rotas transfronteiriças, contribuem para o aumento das receitas e impulsionam as ACTFs. r



COP 21 adopta Acordo de Paris que

por Neto Nengomasha

O NOVO acordo sobre o clima, adoptado nos princípios de Dezembro, estabelece uma base sólida para a comunidade global combater os impactos das mudanças climáticas, embora não satisfaça as principais expectativas de África.

Especialistas africanos em mudanças climáticas destacaram que o Acordo de Paris adoptado pela 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizada de 30 Novembro a 11 de Dezembro na França não conseguiu conferir a devida atenção à agricultura.

"Ao longo das negociações, tentamos fazer com que a agricultura fosse integrada no texto de negociação", disse Estherine Fotabong, o Director de Coordenação e Implementação do Programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

A falta de atenção dada à agricultura no acordo é um desenvolvimento preocupante tomando em conta a importância desempenhada pela agricultura na agenda de desenvolvimento de África.

O sector agrícola é considerado como um motor para o desenvolvimento socioeconómico na maioria dos países africanos.

De acordo com a União Africana (UA), a agricultura é

responsável por cerca de um terço do Produto Interno Bruto do continente, e mais de dois terços dos seus cidadãos dependem directamente deste sector para a sua subsistência.

Um dos pontos que a África tinha na lista para a COP 21 era a necessidade de clareza sobre o financiamento por perdas e danos associados com os efeitos adversos das mudanças climáticas.

Além de reconhecer a importância de evitar, minimizar e tratar perdas e danos e recomendar para a continuação do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), o acordo carece de clareza sobre a forma como este seria financiado.

O WIM foi adoptado na COP19 em Varsóvia, Polónia, para lidar com a questão dos impactos das mudanças climáticas, incluindo eventos extremos e eventos de início lento, nos Países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Washington Zhakata, Director do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Água e Clima no Zimbábue, disse que "os países desenvolvidos se recusaram a aceitar a responsabilidade de compensação, devido a falta de clareza sobre o financiamento por perdas e danos."

Artigo 8.1of do acordo indica apenas que WIM por perdas e danos "pode ser melhorada e reforçada, conforme determinado

pelo COP", deixando a África em desvantagem porque não há nenhuma garantia de que o mecanismo irá no futuro ser transformado para beneficiar o continente.

O acordo faz referência aos pequenos Estados insulares e aos países em desenvolvimento, sem mencionar especificamente a África, um continente que tem uma grande proporção da sua população severamente afectada pelos impactos das mudanças climáticas.

Apesar da África ser o menor contribuinte para as emissões de gases de estufa que causam as mudanças climáticas, o continente é o mais afectado devido aos limitados recursos financeiros para se adaptar a essas mudanças.

Zhakata disse que a África preferiu ser particularmente mencionado no artigo sobre Finanças e na secção sobre a vulnerabilidade. Este foi, no entanto, não foi o caso.

Quanto a concessão de financiamento, o artigo 9º do acordo estabelece que "Os Países desenvolvidos devem prover recursos financeiros para ajudar os países em desenvolvimento no que diz respeito a mitigação e adaptação no quadro das suas obrigações existentes no âmbito da Convenção e que outras partes são encorajados a fornecer tais apoios voluntariamente."

Esta cláusula deixou o continente duvidoso do compromisso dos países desenvolvidos na concessão de

financiamento para adaptação e mitigação, pois numa base voluntária o compromisso não é vinculativo.

O acordo indica que as partes decidiram "reforçar a concessão urgente de financiamento, tecnologia adequada e capacitação institucional por parte dos Países desenvolvidos, a fim de aumentar o nível de ambição da acção pré-2020."

O acordo insta fortemente os Países desenvolvidos para incrementar o seu nível de apoio financeiro, com um roteiro concreto para atingir a meta de conceder em conjunto 100 biliões de dólares norte-americanos por ano até 2020 para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

No entanto, a experiência passada mostrou que os Países desenvolvidos têm falhado em viver de acordo com este compromisso e o ritmo em que os países desenvolvidos estão a contribuir para o financiamento do clima é muito lento.

Os Países africanos acham que as grandes e históricos poluidores devem assumir uma parte justa da responsabilidade, não só para reduzir as suas emissões, mas ajudar as vítimas a se adaptarem aos impactos climáticos.

Até agora o acesso aos Fundo do Clima Verde tem sido um desafio desde que foi criado devido às rígidas condições impostas pelos países desenvolvidos.



... não agrada a África

Embora o Artigo 9.9 do acordo visa assegurar um acesso eficiente aos recursos financeiros através de procedimentos de aprovação simplificados e reforço do apoio aos países em desenvolvimento, ele ainda continua a ser visto como uma miragem.

No que diz respeito aos aumentos de temperatura, o acordo enfatiza a necessidade de manter a média global bem abaixo de 2 ° C, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza.

O Artigo 4 do acordo estabelece que, a fim de atingir a meta de temperatura a longo prazo, as partes devem ter como objectivo atingir um pico das emissões de gases com efeito estufa o mais rapidamente possível, embora reconhecendo que os Países em desenvolvimento vão demorar mais tempo para atingir o pico das emissões de gases de efeito estufa antes do corte para níveis aceitáveis.

A este respeito, as partes reconheceram que os Países estão em diferentes níveis de desenvolvimento. Igualmente importante é o reconhecimento da resistência às mudanças climáticas como um desafio global para todos a nível local, sub-nacional, nacional, regional e internacional.

O acordo destaca que a adaptação é uma "componente importante e faz uma

contribuição para a resposta global a longo prazo as mudanças climáticas no que diz respeito a protecção das pessoas, dos meios de subsistência e dos ecossistemas."

O pacto de Paris sublinha que "medidas de adaptação devem seguir, uma abordagem participativa e totalmente transparente e sensível ao género no País, tomando em consideração os grupos vulneráveis, as comunidades e os ecossistemas."

Isto deve basear-se e orientar-se pela "disponibilidade de uma boa base científica e por sistemas de conhecimento tradicionais, indígenas e locais apropriados com vista a integrar a adaptação nas políticas e acções socioeconómicas e ambientais pertinentes."

Para a África, o reconhecimento de sistemas de conhecimento indígena (IKS) na resiliência é crucial porque as comunidades usam os IKS no continente para se adaptarem às cheias e secas e outros desafios climáticos.

As Partes acordaram que o acordo estará aberto para assinatura e sujeito a ratificação de 22 de Abril de 2016 a 21 de Abril de 2017.

O acordo entrará em vigor depois de pelo menos 55 UNFCCC partes terem depositado os seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou acesso. *sardc.net*

Posição Africana Comum sobre Mudanças Climáticas

ANTES DAS conversações sobre as mudanças climáticas realizadas em Paris, França no final de Novembro, a África Austral adoptou uma posição regional comum para sobre as negociações.

Os principais elementos da posição, que foi desenvolvida por negociadores do clima, incluem a questão da adaptação mantendo o foco na mitigação e nas medidas para atingir isso como finanças, adopção e transferência de tecnologia e capacitação institucional.

A decisão, que foi alinhada com a posição de África, foi aprovada pelos Ministros da SADC responsáveis pelo meio e recursos naturais, que sublinharam a necessidade de falar com uma só voz, a fim de alcançar resultados benéficos para a região.

De acordo com os especialistas em clima da SADC, a COP21 devia assegurar que o acordo sobre as mudanças climáticas fosse baseado em resultados e orientado para resultados juridicamente vinculativos.

Negociadores africanos também salientaram que as negociações de Paris deviam conter decisões para apoiar a implementação do acordo, bem como as declarações sobre financiamentos, energia renovável e adaptação.

Especialistas em clima afirmaram ainda que a COP 21 devia reforçar os planos nacionais de adaptação e dar coerência ao processo para permitir um maior acesso e apoio para a implementação das estratégias.

África espera também um contínuo financiamento público para a adaptação, uma maior cooperação Sul-Sul, bem como um aumento no financiamento privado e misto para a implementação.

A posição da África observou que o acordo deveria sublinhar a necessidade dos países desenvolvidos a reduzirem as suas emissões a nível nacional e considerem o princípio das responsabilidades diferenciadas sobre as respectivas capacidades.

África apelou ao reforço das capacidades técnicas e de apoio aos serviços de informação para uma gestão eficaz dos riscos associados as mudanças climáticas e resiliência. r



Michel re-eleito Presidente das Seychelles

JAMES MICHEL conseguiu mais um mandato para ser Presidente das Seychelles depois de uma das mais disputadas eleições na história daquela Nação insular.

De acordo com os resultados finais anunciados pela comissão eleitoral, o Presidente Michel, do Partido Lelep, obteve 50,15 por cento do total dos votos contra 49,85 por cento de Wavel Ramkalawan, do Partido Nacional das Seychelles, durante as eleições realizadas de 16 a 18 de Dezembro.

Isso foi o suficiente para Michel a ser declarado vencedor absoluto, por ter acumulado pelo menos 50 por cento mais um voto exigido pela Constituição.

No entanto, Ramkalawan, contesta os resultados e proclama-se vencedor alegando

que houve irregularidades durante a votação em alguns distritos.

Na primeira volta das eleições presidenciais realizada de 03 a 05 de Dezembro, Michel e Ramkalawan obtiveram 47,76 e 33,93 por cento dos votos, respectivamente, o que levou a uma segunda volta já que nenhum dos candidatos havia obtido votos suficientes.

Esta foi a primeira vez desde 1993, quando o País reintroduziu a política multipartidária, que a ilha teve de ir a uma segunda volta de votação uma vez que o partido no poder sempre havia vencido todas as eleições presidenciais na primeira volta.

Um total de 63.893 pessoas votaram na segunda volta, de acordo com a Comissão Eleitoral das Seychelles. Na primeira

volta participaram 70.943 eleitores na votação. A população das Seychelles é de cerca de 93.000 habitantes.

O Presidente Michel, que passa exercer o seu terceiro e último mandato de acordo com a Constituição do País, apelou para a unidade nacional e prometeu continuar a promover o desenvolvimento socioeconómico do País.

"O resultado da eleição não significa que a nossa nação está dividida. Nós sempre vivemos juntos, trabalhamos juntos, apesar das nossas diferenças de opinião. E isso vai continuar durante o meu novo mandato", disse Michel, durante a sua investidura.

Observadores eleitorais regionais e internacionais

enviados para toda a ilha declararam que a votação decorreu em conformidade com as normas regionais e internacionais.

O Chefe da Missão de Observadores da SADC, Patrício José, que é o vice-Ministro da Defesa de Moçambique, disse que "houve uma aderência geral aos instrumentos legais nacionais relevantes, bem como aos Princípios e Orientações que regem as eleições democráticas na SADC."

As eleições presidenciais nas Seychelles estavam inicialmente previstas para 2016. No entanto, Michel anunciou em Outubro que as eleições seriam realizadas antes da data prevista.

Ele tinha marcado os dias 19 a 21 novembro como as datas para as eleições, mas devido ao tempo limitado e reclamações dos partidos da oposição, a comissão eleitoral marcou os dias 03 a 05 Dezembro como data para as eleições para dar mais tempo para que o País se preparasse para a votação.

Alguns analistas argumentaram que o reescalonamento das eleições para Dezembro foi uma jogada de Michel para gerir a instabilidade dentro do Partido Lelep onde alguns membros não se sentiam satisfeitos com as suas políticas.

Isto pode explicar o resultado tangencial das eleições presidenciais pois o partido no poder nunca antes tinha sido forçado a uma segunda volta nas eleições desde a reintrodução do multipartidarismo em 1993. r

SADC consolida a paz e estabilidade em 2015

UM TOTAL de quatro Países realizaram eleições pacíficas na África Austral em 2015, consolidando ainda mais as credenciais da SADC como uma região estável.

O primeiro a ir às urnas foi a Zâmbia a 20 de Janeiro para escolher um novo líder após a morte do Presidente Michael Sata, em Outubro de 2014.

O candidato da Frente Patriótica, Edgar Lungu, recebeu 51 por cento dos votos, contra 46 por cento de Hakainde Hichilema do principal partido de oposição, o Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional, para se tornar no sexto Presidente da Zâmbia desde que o País obteve a sua independência da Grã-Bretanha em 1964.

No entanto, o País espera mais uma vez realizar eleições gerais em 2016 de acordo com a sua

Constituição, e tem já marcado o dia 11 de Agosto como a data das eleições.

O Reino do Lesotho remarcou as suas eleições gerais para o dia 28 de Fevereiro 2015 contra o período inicial de 2017 como parte dos esforços regionais para resolver a instabilidade política que ameaçava o desenvolvimento socioeconómico do País.

O líder da oposição Pakalitha Mosisili, que foi Primeiro-Ministro de 1998-2012, obteve uma maioria dos votos nas eleições para recuperar o posto.

A SADC está, no entanto, a acompanhar a situação no Lesotho após os desafios políticos que surgiram após o assassinato do ex-Chefe do Exército, General Maaparankoe Mahao, em Junho.

Na República Unida da Tanzânia, o Dr. John Pombe Magufuli, do Chama Cha

Mapinduzi, foi eleito o quinto Presidente do País a 25 de Outubro.

Ele assumiu o lugar deixado por Jakaya Kikwete que concluiu o seu segundo e último mandato, de acordo com a Constituição do País.

O outro País da SADC a realizar eleições em 2015 foram as ilhas Seychelles (Veja história acima).

O ano também testemunhou transição suave de poder na Namíbia e Moçambique.

O Presidente Filipe Nyusi de Moçambique foi investido em Janeiro, assumindo o lugar de Armando Guebuza na sequência da sua eleição no final de 2014.

Na Namíbia, Hage Geingob foi empossado como Presidente em Março para suceder a Hifikepunye Pohamba pós as eleições realizadas em 2014. r



SADC monitora a situação Política no Lesoto

A SADC manifestou preocupação pelo facto do Governo do Lesoto ter contestado o relatório de uma comissão regional de inquérito sobre o assassinato do ex-Chefe do Exército, General Maaparankoe Mahao, em Junho.

Os sentimentos foram expressos pela Troika do Órgão Político de Defesa e Segurança da SADC, que esteve reunido em Joanesburgo, África do Sul, nos princípios de Dezembro.

A Troika do órgão da SADC, composta pelo Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, seu homólogo moçambicano Presidente Filipe Nyusi, e um funcionário sénior da Tanzânia representando o presidente John Magufuli, indigitou o antigo vice Presidente Sul-Africano, Cyril Ramaphosa, "para comunicar rapidamente as preocupações da SADC ao Reino de Lesoto".

Ramaphosa é o facilitador da SADC na crise do Lesoto.

O Órgão Político de Defesa e Segurança da SADC funciona numa base de Troika e é responsável pela promoção da paz e da segurança na região.

É responsável pelo fornecimento de orientação política aos Estados-Membros sobre questões que ameaçam a paz, segurança e estabilidade na região. A nível da Cimeira, onde apresenta relatórios das suas actividades, é composta pelo Presidente da Cimeira da SADC, vice-presidente e presidente cessante.

Em Julho, a SADC nomeou uma comissão de inquérito, presidida pelo Juiz do Botswana, Mphaphi Phumaphi, para examinar o assassinato de Mahao e outras circunstâncias relacionadas que ameaçavam a paz e a segurança no Lesoto, em seguimento da mediação pacífica que culminará com a realização das eleições em Fevereiro.

Mahao foi morto a tiros por soldados que vieram prendê-lo, alegadamente por cumplicidade num complô contra o Governo



do Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili.

Durante as audiências, os representantes da Força de Defesa de Lesoto disseram que Mahao foi baleado pelos soldados que tentaram prendê-lo depois dele ter iniciado os disparos com a sua pistola.

No entanto, a família e os políticos da oposição de Mahao insistem que ele foi baleado sem provocação.

O Juiz Phumaphi entrou várias vezes em desentendimentos com os membros do Governo do Lesoto e oficiais superiores do exército sobre o que ele considera implícita atitude evasiva de não responder a perguntas sobre assuntos que deveriam saber ou sobre a sua recusa em permitir que os soldados implicados na morte de Mahao pudessem prestar depoimentos.

O governo, por sua vez, criticou publicamente o juiz por colher depoimento de ex-primeiro-ministro Tom Thabane e outros políticos da oposição na África do Sul.

Eles haviam fugido no momento da morte de Mahao, dizendo temer pelas suas vidas. Mas o Governo de Lesoto acusou Phumaphi de ter violado os termos de referência da sua comissão ao colher depoimentos fora do Lesoto.

Phumaphi anunciou em Outubro que estava encerrando sua investigação precocemente por causa da falta de cooperação

dos funcionários do Governo e oficiais do exército. Acredita-se que o seu relatório é muito crítico do governo, apesar de não ter sido divulgado.

Mosisili já havia pedido ao presidente Nyusi, como presidente da Troika do Órgão da SADC, para repreender Phumaphi por desrespeitar os termos de referência da comissão. Mais tarde, ele contestou a validade da comissão no tribunal.

Numa conferência de imprensa realizada logo após a reunião Troika do órgão da SADC, a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que Ramaphosa iria para o Lesoto "logo que possível" para discutir o relatório e o processo judicial com o governo lá e informar a Troika.

A morte de Mahao foi parte de uma grande crise política e militar no Lesoto que também levou a uma tentativa de golpe em Agosto de 2014, quando o então chefe do Exército, General Tlali Kamoli atacou a residência de Thabane, que na altura era primeiro-ministro, obrigando-o a fugir para a África do Sul.

Depois disso, Thabane tentou demitir Kamoli e substituí-lo por Mahao. O pano de fundo da tentativa de golpe foi uma divisão entre Thabane e seu então parceiro de coaligação Methotjoa Metsing, que depois passou para o grupo de oposição de Mosisili.

Ramaphosa foi nomeado para facilitar uma solução para a crise e eleições antecipadas intermédias em Fevereiro, ganhas por Mosisili e Metsing.

Eles imediatamente substituíram Kamoli como chefe do Exército e analistas no Lesoto acreditam que isto precipitou a crise actual porque Kamoli embarcou num "reinado de terror" contra Thabane e os seus apoiantes. Africa News Agency. r

Responsabilidades da Troika do Órgão da SADC

A Troika do Órgão Político de Defesa e Segurança da SADC trabalha em estreita colaboração com o Secretariado da SADC e é responsável pelas seguintes seis principais áreas:

- Política e Diplomacia - inclui a cooperação dos governos e gestão de desastres;
- Defesa - inclui as forças armadas;
- Polícia - Organização Regional de Cooperação entre os Chefes da Polícia da África Austral (SARPCCO) - inclui a segurança de civis;
- Segurança do Estado - inclui o Centro Regional de Aviso Prévio (REWC);
- Segurança Pública - inclui imigração, refugiados, serviços correcionais e parques e vida selvagem;
- Manutenção da Paz Regional - inclui força de prontidão e a comissão regional de manutenção da paz. r



Aquecimento solar de água - uma solução para os desafios energéticos da SADC

por Joseph Ngwawi

A **ÁFRICA** Austral está a enfrentar uma grande escassez de energia, detetada pela primeira vez em 1999, forçando a maioria dos Países a implementarem programas de gestão da procura, tais como restrições no fornecimento da corrente eléctrica.

Considerada como uma das "Cinturas Solares" de África e dotada de uma das melhores zonas de radiação solar do mundo, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) está intensificando esforços para aproveitar o potencial fornecido pela energia solar.

Uma dessas iniciativas é a Iniciativa de Formação e Demonstração de Energia Térmica e Solar da África Austral (SOLTRAIN), uma iniciativa regional sobre capacitação e demonstração de sistemas solares térmicos na região da SADC.

O principal objectivo do projecto é ajudar a tirar a região da África Austral do uso de combustíveis fósseis prejudiciais ao meio ambiente e promover o uso de energias renováveis, com foco no aquecimento solar de água.

Sistemas solares térmicos, tais como aquecimento solar de água têm um enorme potencial para aliviar os problemas de desemprego, a falta de fornecimento de energia, altos custos de energia e poluição.

Iniciado em 2009, com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento e o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional, a iniciativa beneficiou cinco países durante as duas primeiras fases - Lesoto, Namíbia, Moçambique, África do Sul e Zimbábue.

O Coordenador do Projecto SOLTRAIN, Werner Weiss, disse que a primeira fase decorreu de Maio de 2009 a Agosto de 2012 e a actual segunda fase começou em Novembro de 2012 e está prevista para ser concluída no final de Fevereiro de 2016.

Weiss disse que as duas primeiras fases do projecto tiveram quatro áreas de foco:

- Aumentar a consciência sobre o potencial da tecnologia de aquecimento solar na região da SADC;
- Construir competência na produção de tecnologia de aquecimento solar;
- Criar plataformas de discussão e de incentivo os países participantes; e,
- Estabelecer projecto de demonstração para mostrar que a tecnologia funciona.

"Entre 2009 e 2015 cerca de 2.150 pessoas foram treinadas em 80 cursos de formação," disse Weiss, acrescentando que pelo menos 187 pequenas e sistemas de aquecimento solar de grande escala foram instalados durante a primeira e a segunda fase do SOLTRAIN.

As aplicações desses sistemas vão desde sistemas de termossifão de pequena escala para casas unifamiliares para sistemas de tamanho médio até a aplicações industriais e comerciais.

Alguns dos projectos de demonstração foram instaladas em empresas de alimentos e bebidas que requerem uma grande quantidade de água quente para suas operações.

África do Sul tem o maior número de sistemas de aquecimento solar instalados com 85 beneficiários em cervejarias, matadouros, orfanatos, hospitais, lares de idosos e instituições de ensino superior. Ela é seguida pela Namíbia, que tem 71 instalações de aquecedor solar de água em um projeto habitacional do governo de baixo custo, restaurantes e instituições de ensino superior.

O Zimbábue tem o terceiro maior número de beneficiários em 19 projectos, seguido de Lesoto com 10 e Moçambique com dois projetos.

De acordo com Weiss, a terceira fase do programa terá início em Março e vai expandir a iniciativa para incluir Botswana como o sexto País. A fase decorrerá até Julho 2019.

A terceira fase do projecto vai ver a implementação de planos desenvolvidos pelos países participantes.

Três dos países participantes desenvolveram roteiros. Trata-se de Moçambique, Namíbia e África do Sul.

Os roteiros delineiam as estratégias e metas definidas pelos países a serem cumpridas até 2030.

Por exemplo, Moçambique pretende instalar pelo menos um milhão de aquecedores solares de água em áreas residenciais até 2030, bem como mais de 30.000 em hotéis e outros estabelecimentos de turismo e 15.000 em instituições públicas, tais como repartições públicas, hospitais e escolas no mesmo período.

O roteiro Sul Africano mostra que o País pretende instalar pelo menos oito milhões de geisers solares de água de alta pressão e de baixa pressão em áreas residenciais ao longo dos próximos 14 anos.

Para incentivar e promover a implementação generalizada de aquecimento solar de água, o Departamento de Energia Sul-Africano, através da empresa de electricidade Eskom, lançou um programa de aquecimento solar de água em grande escala.

A Namíbia também tem igualmente objectivos ambiciosos para instalar sistemas solares térmicos em áreas residenciais, instalações de turismo, hospitais e prédios de escritórios em 2030.

Isto incluirá mais de 200.000 instalações em casas e pelo menos 343 em hospitais e clínicas em todo o país.

Mesmo os países participantes, sem roteiros têm os seus próprios objectivos para promover a implantação de sistemas de aquecimento solar.

O governo do Zimbábue vai anunciar, em breve, o lançamento de um Programa Nacional de Água Aquecimento Solar (SWHP) que visa instalar e equipar 250.000 geysers solares durante os próximos cinco anos.

O Ministro do Desenvolvimento de Energia, Samuel Undenge, disse que preparativos para a o SWHP estavam num estágio avançado, estando em curso a elaboração da legislação apropriada para fazer cumprir as novas normas de aquecimento solar de água.

O programa obrigaria a todos os novos programas habitacionais a assegurar que sejam instalados aquecedores solares em cada nova casa antes de ligação à rede, com incentivos a ser postas em prática. sardc.net



ERGIA AUSTRAL



Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC

Lançamento previsto para os meados de 2016

O **MUITO** aguardado Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) será oficialmente lançado em Junho 2016, após a conclusão do processo de selecção do País que vai ser vir de sede e da nomeação do pessoal para o respectivo secretariado.

De acordo com Nokwazi Moyo, Coordenador Interino do SACREEE, que actualmente funciona em Windhoek, Namíbia, o Centro será lançado nos próximos meses pois o processo de recrutamento do pessoal para o secretariado já foi concluído.

A equipa de gestão será dirigida por um Director Executivo e terá vários níveis de pessoal permanente a serem complementados por consultores e destacados funcionários internacionais que possam ser necessárias ao longo do tempo.

A Namíbia foi confirmada como sede do SACREEE pela reunião dos Ministros da Energia da SADC, realizada em Julho de 2015, na África do Sul. O Centro será alojado na Universidade de Ciência e Tecnologia da Namíbia, que antes era a Politécnica da Namíbia.

Os Ministros da Energia da SADC agradeceram a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) pelo seu contributo durante o processo preparatório do centro.

A ADA e a UNIDO se comprometeram a fornecer apoio financeiro para o centro durante os primeiros três anos. Depois disso, o centro deve ser autossustentável.

A Criação do centro vai decorrer em três fases, a primeira das quais envolve a selecção de um País para servir de sede e secretariado do SACREEE.

A fase preparatória, que deveria ser executada de Janeiro a Outubro de 2014, permitiu a criação das comissões técnicas e executivas do SACREEE.

A Primeira Fase Operacional foi projectada para ser executada de 2014-2017, durante a qual o centro irá concentrar-se principalmente no desenvolvimento de programas de energia renovável para a região e mobilização de recursos.

A segunda fase operacional, de 2018-2021, incidirá sobre as actividades para garantir a sustentabilidade do centro após a saída de parceiros de cooperação internacional, tais como a UNIDO.

A criação do SACREEE vai

aumentar a absorção de energia limpa na África Austral, possibilitando a região lidar com alguns dos seus desafios energéticos.

O desenvolvimento de um quadro de política regional harmonizada para energias novas e renováveis foi identificado como um importante passo para realização do objectivo de alcançar o equilíbrio entre a satisfação das necessidades energéticas da região e garantir a sustentabilidade do meio ambiente na SADC.

A SADC está a trabalhar num projecto de Estratégia Regional de Energias Renováveis, que procura promover a absorção de energia limpa e garantir que a África Austral tire proveito das inúmeras oportunidades de energias renováveis que existem na região.

De acordo com a Divisão de Infra-estrutura e Serviços de Energia da SADC, quase todos os Estados Membros têm políticas de energia, havendo apenas três que ainda estão a desenvolver políticas de energia renovável. Trata-se da Namíbia, África do Sul e Zâmbia.

Dados da SADC também mostram que apenas as Maurícias, África do Sul e Zâmbia tem actualmente estratégias de energia renovável. As Maurícias são o único Estado-Membro com um Plano Director de Energia Renovável. r

Rede Global de Centros de Energia Renováveis

O **CENTRO** Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC é um dos cinco centros regionais de excelência a ser criado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial em todo o mundo.

O Chefe da Divisão de Energia na UNIDO, Pradeep Monga, disse que outros centros de excelência foram estabelecidas ou estão em processo de constituição na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na Comunidade dos Estados da África Oriental e nas ilhas das Caraíbas e do Pacífico.

O Centro da CEDEAO para a Energia Renovável e Eficiência Energética (ECREEE), com sede na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, é o centro regional mais antigo e o de excelência mais bem-sucedido.

Foi criado em 2010 com o apoio da Áustria, da UNIDO edna Espanha, e tem vários projectos emblemáticos que cobrem 15 Países da CEDEAO.

Estes incluem um projecto para promover a integração do género no sector das energias renováveis, bem como um banco de dados on-line para a partilha de informação entre os Estados membros.

Monga disse que o SACREEE e o Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da África Oriental (EACREEE) poderão estar operacionais nos meados de 2016, devendo os respectivos secretariados estar localizados em Windhoek, Namíbia, e em Kampala, Uganda, respectivamente.

O Centro para Energia Renovável e Eficiência Energética das Caraíbas (CCREEE), localizado em Barbados, foi inaugurado em Outubro 2015, enquanto o Centro Regional para Energia Renovável e Eficiência Energética das Ilhas do Pacífico (PCREEE) será inaugurado em Setembro de 2016 em Tonga.

O objectivo dos centros de excelência é aumentar a absorção de energia limpa nas várias regiões. r



A Integração do Género no Sector de Energia Renovável da SADC

ÁFRICA AUSTRAL está a enfrentar uma grande escassez de energia, que foi detetada pela primeira vez logo em 1999, forçando a maioria dos Países a implementarem programas de gestão da procura, tais como corte da corrente.

Apesar do controlo da corrente ter conseguido conter a demanda total de electricidade na região, a medida também afeta o crescimento socioeconómico porque a disponibilidade de energia é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e é essencial para a agenda de industrialização.

Constituindo mais da metade da população da maioria dos Estados Membros da SADC, as mulheres são desproporcionalmente afectadas pelos desafios associados ao acesso a fontes modernas de energia em

comparação com os homens.

O acesso à energia por parte das mulheres na maioria dos Países da região é muito baixa e afecta severamente as mulheres do que os homens.

As Mulheres e raparigas são, em grande medida, responsáveis pelas actividades domésticas e comunitárias, incluindo o fornecimento de energia na maioria dos Países da SADC.

Apesar de se reconhecer que os desafios de energia na SADC não ocorrem de forma isolada e que eles estão ancoradas dentro do contexto mais amplo de desenvolvimento, os serviços de Energia Renovável (ER) apresentam muitas oportunidades para facilitar a retirada da população da pobreza, especialmente quando dirigidos as mulheres devido ao seu papel estratégico na sociedade.

Rumo a eficiência energética

OS PAÍSES da África Oriental e Austral estão a intensificar os esforços no sentido da eficiência energética, que tem estado a usar pouca energia para fornecer o mesmo serviço.

A eficiência energética é conseguida de várias maneiras, incluindo a substituição de uma lâmpada incandescente por uma lâmpada fluorescente compacta pois esta última usa muito menos energia do que a outra para produzir a mesma quantidade de luz.

A substituição das lâmpadas tradicionais para lâmpadas fluorescentes compactas tem sido eficaz na maioria dos Países da SADC pois eles reduziram significativamente o consumo de energia doméstica e impedem as emissões de gases com efeito de estufa que contribuem para as alterações climáticas.

Por exemplo, as lâmpadas fluorescentes compactas economizam até 80 por cento do consumo de electricidade, em comparação com lâmpadas incandescentes. Entre 2010 e 2014, foram poupados cerca de 4,561MW através de iniciativas de gestão da procura na região, de acordo com a SADC.

Prevê-se que a região da SADC possa economizar mais de 6,000MW em 2018, se tais iniciativas forem implementadas de acordo com o plano.

Especialistas em energia do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), da Comunidade do Estado da África Oriental (EAC) e da SADC reuniram-se em Novembro, em Windhoek, Namíbia, num seminário



Para promover os benefícios da ER, bem como a integração do género no sector, o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) está, portanto, a implementar um projecto sobre Integração da Perspectiva de Género no Setor de Energia Renovável da SADC.

O projeto tem como objectivo incentivar os Países da SADC a criar condições que promovam a integração do género no sector de ER.

Esse projecto envolve não só a disseminação do conhecimento, mas também a promoção de mudanças de atitudes e comportamentos, incluindo um sentido de compromisso com as diversas políticas e tratados regionais e internacionais de que os Estados Membros são partes.

O projeto tem como objectivo:

- Coordenação de

acções e prioridades regionais para a integração do género no sector da ER

- Criar na África Austral uma abordagem integrada para ER
- Reforçar as ligações entre as várias instituições envolvidas na ER na região, evitando assim a duplicação de esforços
- Aumentar a participação de mulheres e homens no conhecimento e transferências tecnológicas na região
- Capacitação institucional da região em ER como um sector que pode gerar emprego para homens e mulheres
- Compilar e divulgar histórias de sucesso sobre ER

O SARDC, que é um parceiro do Grupo Temático de Energia da SADC (ETG) que tem a tarefa de sensibilização regional entre as partes interessadas da África Austral sobre o domínio de questões fundamentais de energia na região, irá trabalhar em estreita colaboração com a Unidade de Género da SADC e a Divisão de Energia da SADC na implementação do projecto.

Outros parceiros importantes incluem o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) e o Centro da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE).

O projecto conta com o apoio da Agência Austriaca de Desenvolvimento (ADA). Áustria é o principal Parceiro Internacional de Cooperação (ICP) para o sector de energia da SADC responsável em assistir a SADC na facilitação e coordenação do desenvolvimento de energia na região. r



regional sobre eficiência energética para explorar sinergias e coordenação em actividades de eficiência energética na região e para adoptar uma estratégia que irá criar uma plataforma para a implementação de eficiência energética na região.

- Desenvolvimento de política e plano de acção
- Padrões de eficiência energética e mecanismos de apoio da procura e da oferta
- Disseminação de informação, sensibilização e capacitação
- Desenvolvimento de negócios e de mercado. r

ACL Tripartida prestes a ser ratificada

PAÍSES da África Oriental e Austral iniciaram o processo de ratificação do Acordo Tripartido da Área de Comércio Livre (ATCL), assinado em Junho de 2015.

A rápida ratificação do acordo da ARCL irá garantir a aplicação harmoniosa e o lançamento final de um mercado alargado que se estende do Cabo ao Cairo.

Dezasseis países assinaram a ACL Tripartida até a data. Trata-se de Angola, Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Quênia, Malawi, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão, Swazilândia, a República Unida da Tanzânia,

Uganda e Zimbabwe. Destes, oito são Estados Membros da SADC.

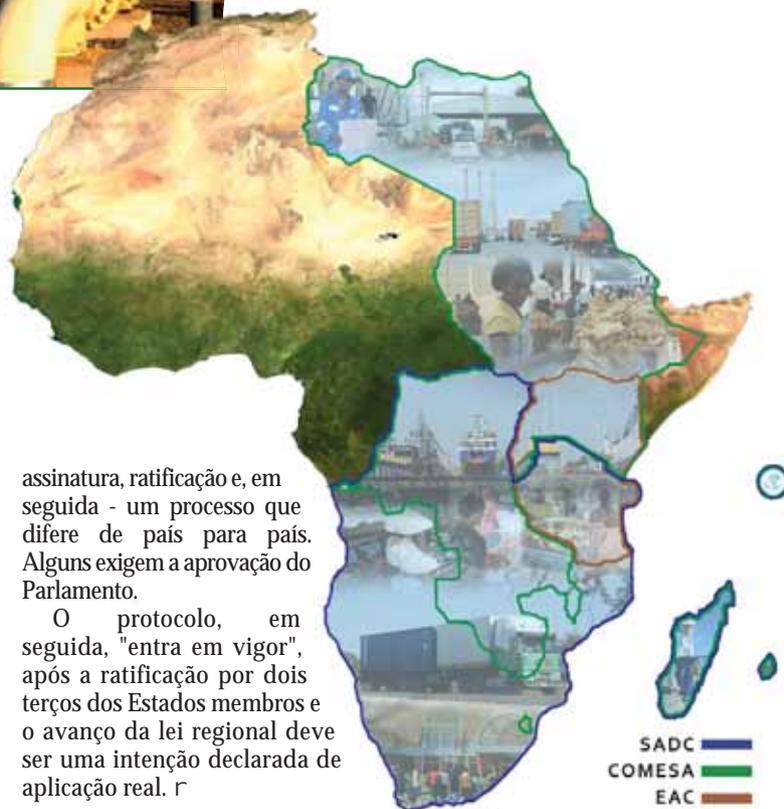
Os restantes Países poderão assinar o acordo logo após o tempo que solicitaram para concluir os seus processos internos antes de assinarem o documento. Estes são Botswana, Etiópia, Eritreia, Líbia, Lesotho, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, África do Sul, Sudão do Sul e Zâmbia.

Para que o acordo entre em vigor é necessário que pelo menos 14 dos 27 Países do arranjo tripartido o ratifiquem.

O processo de aprovação de um instrumento jurídico regional requer, em primeiro lugar, a

assinatura, ratificação e, em seguida - um processo que difere de país para país. Alguns exigem a aprovação do Parlamento.

O protocolo, em seguida, "entra em vigor", após a ratificação por dois terços dos Estados membros e o avanço da lei regional deve ser uma intenção declarada de aplicação real. r



FMI reconhece moeda chinesa como mundial

O FUNDO Monetário Internacional reconheceu o real lugar da China nas finanças globais, adicionando a moeda chinesa à sua cesta de moedas globais.

Um anúncio do FMI, feito a 30 de Novembro, disse o renminbi (RMB) será integrado na sua Bolsa de Direitos Especiais (SDR) que inclui quatro outras moedas internacionais.

O FMI disse que o valor da SDR será baseado na média ponderada dos valores das moedas, e outras fontes disseram que o RMB seria ponderada a um valor de 10,92, que é inferior ao dólar americano e ao Euro, mas sobretudo a libra britânica e ao iene japonês.

A mudança no estatuto internacional da moeda chinesa em termos de instituições financeiras de Bretton Woods, que terá efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016, é um reconhecimento de que

o RMB (também conhecido por yuan) é uma importante moeda de reserva.

O FMI revê a sua cesta de moedas em intervalos de cinco anos, e rejeitou o RMB, há cinco anos, em 2010, dizendo que a moeda não respeitava alguns critérios, essencialmente dois: volume do comércio e uso da moeda no comércio internacional.

A China, sem dúvida, tem o maior volume de comércio internacional, mas apenas 2,5 por cento do comércio internacional tabulado usa a moeda chinesa, devido à falta de reconhecimento como uma moeda negociável, e RMB é usado apenas em transações envolvendo China. Para efeito de comparação, enquanto o dólar dos Estados Unidos que é usado para o comércio dos Estados Unidos, ele é usado principalmente para o comércio envolvendo terceiros.

Mas agora, a 30 de Novembro de 2015, o FMI diz que a moeda chinesa cumpre a norma "livremente utilizável", e que a negociação é significativamente em dois dos três fusos horários internacionais.

O Reconhecimento da moeda global é mais do que simbólico e, embora não seja um objectivo da política económica chinesa, é mais um passo em direcção a uma moeda comercializada globalmente. O principal resultado poderá ser que os países da África, como Zimbábwe e outros, passem a aceitar o RMB para a troca.

Um contribuinte disse para forbes.com que este anúncio diz-nos que o FMI, e por extensão a comunidade financeira mundial, acredita na China como "um actor indiscutível de nível superior na economia global; que apoia os esforços da China para internacionalizar a sua moeda; que acredita no processo de reforma económica de Beijing".

Sanjiv Shah, o Diretor de Investimentos da Sun Global Investments diz que "o impacto a longo prazo será mais significativo, uma vez que levará a um maior uso do yuan nas transações internacionais."

A firma japonesa de consultoria, Nomura, disse que espera que o RMB possa superar

o iene e a libra esterlina em cinco anos em termos do seu nível de utilização no comércio mundial, e juntar-se-a ao dólar e ao Euro em 2030.

"Depois de anos como a maior nação exportadora do mundo", disse a Nomura, "A China está agora a tentar exportar o produto final 'Made in China': O Renminbi"

O fundador da Capital Hao, Charles Liu, disse à Televisão Central da China (CCTV) que, apesar do impacto positivo da decisão, o reconhecimento do RMB pelas instituições financeiras internacionais é "tardia" e "relutante".

O anúncio do FMI veio apenas horas antes do Presidente chinês, Xi Jinping, ter desembarcado em Harare, Zimbabwe, a capital do Presidente Robert Mugabe, que é o actual presidente da União Africana. O Presidente Mugabe disse à imprensa durante uma conferência de imprensa improvisada na casa do Estado que o presidente Xi é "o nosso maior amigo na comunidade internacional". r





Presidente Chinês realiza visita histórica ao Zimbabwe

DOZE ACORDOS de investimento foram assinados pela China e Zimbabwe durante a visita de Estado do Presidente chinês, Xi Jinping.

O Presidente Xi e o seu anfitrião, o Presidente Robert Mugabe, testemunharam a assinatura dos acordos por diferentes ministros no valor de 4 biliões de dólares norte-americanos, cobrindo as áreas de aviação, energia, telecomunicações, infraestrutura e empreendimentos do setor privado.

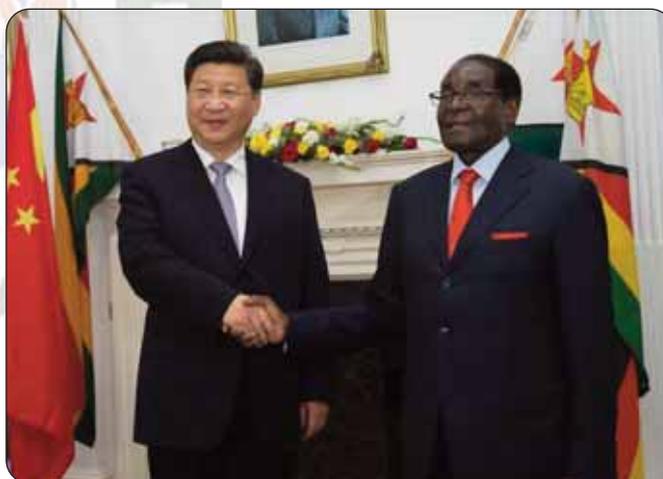
Os acordos incluem financiamento para expansão da Central Eléctrica de Hwange e um projecto nacional de banda larga de fibra óptica, a construção de um novo edifício do Parlamento e um armazém de produtos farmacêuticos, e fornecimento de equipamentos de monitoria da vida selvagem.

Durante o primeiro semestre do próximo ano, o Banco Chinês Eximbank vai começar a conceder empréstimos ao Zimbabwe de mais de 1,1 bilião de dólares para a expansão da Estação de Energia de Hwange e o projecto TelOne de banda larga de fibra óptica.

A firma chinesa Sino-Hydro foi contratada para realizar o projecto Hwange que vai adicionar 600 megawatts de energia à rede nacional, que está a enfrentar baixos níveis de água na central hidroeléctrica de Kariba e falhas recorrentes em Hwange.

Os acordos incluem uma doação de 65 milhões de dólares para a construção de um novo edifício do Parlamento e um armazém farmacêutico.

Dois dos acordos são dirigidos ao sector privado. Um foi assinado pelo Centro Internacional de Negócios da China e pela Firma de Energia de Luz Solar para África e China sobre o desenvolvimento de minas de carvão e de gás metano e uma central térmica



em Gwayi. O outro foi assinado pela AVM África e Assembleia de Automóveis de Beijing.

Os acordos irão dar um impulso para a implementação do plano de desenvolvimento do Zimbabwe, da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável e Transformação Socioeconómica do Zimbabwe (Zim-Ativos).

Outros acordos gerais incluem um sobre a cooperação económica e técnica entre o Zimbabwe e a China assinado pelos Ministros de Comércio dos dois Países.

Outro acordo-quadro sobre o reforço do investimento foi assinado pelo Ministro na Presidência para a Coordenação Política e Promoção da Empresas Mistas e Socioeconómicas com a principal Agência de Planeamento da China, A Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional (CNDR).

China, como o maior país em desenvolvimento, e a África, o continente com o maior número de Países em desenvolvimento, são cada vez mais influentes nos assuntos globais e reforçam activamente a cooperação.

Um recente simpósio em Harare sobre as relações China-África abordou a forma como esse "novo tipo de parceria

estratégica" pode beneficiar o desenvolvimento local, contribuindo simultaneamente para redefinir as estruturas de governação global.

O Presidente Xi chegou ao Zimbabwe a 1 de Dezembro a frente de uma delegação de mais de 200 pessoas, incluindo altos funcionários do governo e do partido.

O Presidente Mugabe disse aos jornalistas que as relações entre o Zimbabwe e China atingiram um novo recorde na sequência da visita de Estado.

"Apesar de sua breve estadia na essência a visita foi fenomenal e será sempre lembrada por nós no Zimbabwe. Os chineses e os Zimbabweanos são excelentes amigos, amigos não apenas hoje, amigos que estabeleceram a sua amizade há anos atrás e nosso futuro será sempre nessa direcção. Nós somos amigos de longa data."

O Presidente Xi agradeceu aos Zimbabweanos pela calorosa recepção, dizendo: "Estou satisfeito com esta visita." Ele disse que a consolidação das relações com o Zimbabwe e outros países africanos continua a ser uma pedra angular da política externa chinesa, acrescentando que ele valoriza a contribuição importante do Zimbabwe para a solidariedade

e o desenvolvimento de África durante o ano passado, quando o Presidente Mugabe ocupou a Presidência da União Africana. "Na condução das relações da China com África, aderimos aos princípios da sinceridade, resultados práticos, afinidade e boa-fé, e defesa dos valores da amizade, justiça e interesses partilhados".

Ele disse que os dois líderes se encontrariam novamente no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) que vai decorrer em Joanesburgo, África do Sul, de 4-5 de Dezembro.

FOCAC é uma plataforma cada vez mais influente que tem desempenhado um papel importante no reforço do diálogo colectivo e cooperação prática desde que foi criado há 15 anos.

Numa declaração sobre a política da China em África apresentada no ano passado na sede da União Africana na Etiópia, o Presidente do Conselho de Estado da China, Li Keqiang, comprometeu-se a promover grandes projectos em seis áreas de cooperação - finanças, a redução da pobreza industrial, ecológica e a protecção do ambiente, intercâmbios culturais e interpessoais, reforço da paz e da segurança. Estas são as principais áreas de foco para a discussão no FOCAC e no subsequente Plano de Acção para os próximos três anos 2016-2018.

O Plano de Acção tem uma dimensão regional significativa, porque pela primeira vez apoia às estruturas regionais que constroem a unidade Africana. A segunda Cimeira do FOCAC, que vai decorrer em Joanesburgo após a 6ª reunião ministerial, vai continuar a melhorar este mecanismo de cooperação, enriquecer o seu conteúdo e tornar a plataforma mais prática e eficiente. r



Cooperação China-África atinge novos patamares

por Munetsi Madakufamba

DESDE A formação do Fórum China África há 15 anos, as relações entre os dois lados continuam a atingir novos patamares nas esferas económicas, culturais, políticas e de segurança.

A Cimeira do Fórum de Cooperação China África realizada em Joanesburgo, de 4-05 Dezembro de 2015, tomou novas medidas ousadas para cimentar o benefício mútuo entre os dois lados, tendo os laços atingido níveis ainda mais elevados, incluindo um novo fundo chinês de 60 biliões de dólares norte-americanos para apoiar o desenvolvimento do continente Africano.

Embora as relações entre China e África datem de vários séculos - desde as relações pré-coloniais, que foram em grande parte conduzidas através das relações comerciais da era colonial, quando a cooperação política e militar floresceu, para a era pós-colonial, quando a cooperação económica tomou o centro do palco apesar de prevalecerem os laços políticos - a China mostrou recentemente um interesse sem precedentes pela África.

O Fórum de Cooperação China África (FOCAC), em 2000, constituiu-se numa plataforma mais estruturada para aprofundar os laços entre os dois lados em várias esferas desde assuntos de cariz política até áreas económicas.

Os dados mais recentes indicam que o comércio entre os dois lados chegou a 220 biliões de dólares norte-americanos em 2014, enquanto o investimento directo da China em África superou 30 biliões de dólares norte-americanos no mesmo ano.

Num discurso proferido na cerimónia de abertura da Cimeira de Joanesburgo do

FOCAC a 4 de Dezembro, o Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou 10 Projetos de Cooperação China África, que seriam apoiados com um fundo de 60 biliões de dólares norte-americanos.

O plano abrange o desenvolvimento de uma ampla gama de sectores do continente Africano, incluindo a melhoria da capacidade industrial do continente, a modernização agrícola, o desenvolvimento de infra-estruturas, modernização de assentamentos rurais e urbanos, o desenvolvimento verde, facilitação do comércio e investimento, a redução da pobreza, a melhoria da saúde, da cultura e vida das pessoas a troca, cooperação para a paz e segurança.

Delineando a visão do seu país para a África, Xi disse que o fundo, que consiste em subvenções, empréstimos concessionais favoráveis e outros fundos de investimento, serão canalizados para áreas selecionadas pelos países africanos contrastando com as prioridades impostas por outros parceiros.

Ele disse que a política externa da China em África é orientada por cinco princípios que incluem a igualdade política e confiança mútua, a cooperação económica, enriquecedor mutuamente o intercâmbio cultural e de povo a povo, a assistência mútua na paz e segurança, e a solidariedade e cooperação nos assuntos internacionais com vantagens colectivas.

O Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, que é Presidente da União Africana, convidou os líderes africanos a agradecer ao presidente chinês, pela sua generosa assistência ao continente.

"Aqui está um homem que representa um País antes considerado pobre; um país que

nunca nos colonizou, fazendo aquilo que aqueles que já nos colonizaram deveriam fazer", disse ele.

O Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, anfitrião da cimeira do FOCAC 2015, disse que a China tem sido um "amigo consistente de África".

Ele disse que o tema da Cimeira de 2015, "África-China Progredindo Juntos: Ganhos colectivos da cooperação para o desenvolvimento comum", alinha com a Agenda 2063, uma visão do continente a longo prazo.

Todos, desde os Estados Unidos da América até a Europa estão a tentar fazer negócios com a China, apontando para uma quota de 4,3 triliões de dólares norte-americanos de reservas do gigante asiático.

África não é excepção, e os líderes africanos estão buscando a cooperação mutuamente benéfica com a China. Tanto Mugabe e Zuma deixaram este aspecto bastante claro. Mugabe disse que algumas pessoas têm uma visão distorcida das relações entre a China e a África.

Ele disse que o Ocidente "procura retratar e reduzir as nossas relações numa perspectiva puramente comercial impulsionada na sua opinião, como eles dizem, por apetites da China pela vontade de extrair matérias-primas do nosso continente ... Pelo contrário, a realidade, felizmente, não vai de encontro com as tais criações imaginativas distorcidas".

Ele disse que as "relações são muito mais profundas do que a extração de recursos."

A estratégia da China de não concentrar-se somente nos recursos em África apenas tem sido clarificada pelas autoridades chinesas em muitas ocasiões. Xi, em particular, falou de forma consistente das "novas normas" através das quais

mundo está a efectuar mudanças profundas.

Parte dessas "nova normas" são, sem dúvidas, manifestadas pela maturação da economia chinesa, que agora procura mudar da dependência de um recurso para um novo sistema económico centrado no consumidor e com uma classe média forte.

É uma economia que está a tentar exportar algumas das suas indústrias de trabalho intensivo para África, por exemplo a construção de parques industriais que irão tirar proveito do dividendo demográfico do continente.

A Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, que é presidente da Comissão da UA, disse que a África está a beneficiar de investimentos das empresas chinesas tomando em conta que o continente "tem uma população jovem num mundo em envelhecimento".

Ela disse que este movimento é bem bem-vindo porque o continente procura tirar proveito do valor acrescentado a fim de criar postos de trabalho e lidar contra a volatilidade dos preços dos seus produtos primários no mercado internacional.

A Cimeira de Joanesburgo, realizada nos dias 4-5 de Dezembro, foi precedida por reuniões de Ministros e Altos Quadros, bem como fóruns para o sector privado, universidades e órgãos de comunicação social, que prepararam a cimeira.

Esta é a sexta reunião do FOCAC, a nível ministerial desde 2000, e em termos Cimeira é a segunda. A primeira cimeira realizou-se em Beijing, em 2006. A Cimeira de Joanesburgo teve a participação de 50 Países africanos, principalmente a nível de Chefes de Estado, bem como representantes da União Africana e das suas comunidades económicas regionais. r



SADC reforça cooperação com o Japão

O SECRETARIADO da SADC enviou uma delegação de alto nível para Tóquio em Novembro, para reforçar as relações com o Japão na qualidade de um importante parceiro.

A visita, liderada pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, faz parte dos esforços para acelerar a mobilização de recursos para as prioridades da SADC e explorar as oportunidades de investimento na região, com base no novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da SADC, na Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC, nos projectos de infra-estruturas regionais prioritárias e no quadro da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD).

O Vice-Ministro japonês dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Parlamentares, Masakazu Hamachi, assegurou que o seu País pretende aprofundar as relações com a

SADC, e afirmou que o Japão vai utilizar a TICAD VI em 2016 para tornar mais visível o apoio à África.

"Entre outras coisas, o Japão está a considerar formas de aumentar a participação dos sectores público e privado, com foco, entre outras coisas: nos Transportes e Energia e Desenvolvimento da Agricultura através do agro-processamento", disse.

O Japão e SADC reafirmaram a importância da sua cooperação e comprometeram-se a continuar a trabalhar juntos, guiados pelo Memorando de 2012, sobre a Cooperação, que prioriza o Desenvolvimento de Infra-estruturas; Promoção e Expansão do Comércio, Investimento e Turismo; Desenvolvimento do Sector Privado; Cooperação na Agricultura e Recursos Naturais; e diálogo político.

A este respeito, ambos os lados concordaram, entre outras



coisas, na implementação rápida dos recém-assinado Projecto Regional de Florestas SADC-Japão e em implementar o Plano Director da SADC para o Sector de Energia, actualmente a ser preparado com a assistência da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Durante a visita, o Secretariado da SADC reuniu-se com vários outros intervenientes, incluindo a JICA, onde os principais desenvolvimentos na região foram delineados, nomeadamente a revisão do RISDP e a preparação da

Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. O Secretariado apresentou os projectos prioritários regionais de infra-estruturas da SADC que estão prontos para o investimento, e enfatizou a necessidade de aprofundar a colaboração SADC-JICA a nível regional através da TICAD VI, enfatizando a importância de projectos regionais para os investidores.

"Os projectos regionais permitem aos investidores tirarem proveito das economias de escala, de um mercado maior e alcançar maiores retornos sobre o investimento. Eles são mais fáceis de implementar devido à participação e apropriação por parte de vários Países", disse a Dra. Tax.

O Japão tranquilizou a SADC sobre o seu compromisso com a região devido aos seus abundantes recursos naturais, o elevado potencial de crescimento e a estabilidade política.

Por exemplo, a proposta do Plano Director para o Sector de Energia na África Austral está a ser utilizada para a mobilização de recursos para os projectos prioritários de energia.

Com o apoio do Japão e de outros investidores, Moçambique está a estudar formas de melhorar e desenvolver uma cadeia de valor do gás.

A SADC também obteve apoio japonês no estabelecimento do Posto Fronteiriço de Paragem Única em Chirundu, entre a Zâmbia e Zimbabwe, bem como nos seus planos para a construção da ponte de Kazungula.

Um dos principais destaques da visita foi um seminário sobre oportunidades de investimento na região da SADC, onde a SADC apresentou detalhadamente os projectos prioritários de infra-estruturas regionais nos sectores da energia, transportes, TIC, água e turismo. *sadc.int* r

SADC e UNODC avaliam a implementação conjunta do programa regional

A SADC e os Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) identificaram áreas prioritárias para uma futura cooperação visando a promoção da saúde, justiça e segurança, combate ao uso de drogas ilícitas e ao crime internacional.

As áreas prioritárias foram identificadas em Novembro numa reunião do Comité Directivo do programa regional realizado para avaliar a implementação do Programa Regional Conjunto da SADC-UNODC, que visa tornar a SADC uma Região Segura e Livre do Crime e Drogas: 2013-2016. O programa tem três pilares estratégicos:

- **Pilar 1. Combater o Tráfico Ilícito de Drogas e o Crime Organizado.** Este destina-se a reforçar as capacidades de controlo e de gestão das fronteiras regionais, apoiar os esforços antinarcóticos com especial atenção aos precursores químicos, apoiar os países a resolver crimes urbanos e emergentes, e fortalecer os programas contra a lavagem de dinheiro e as capacidades forenses na região.
- **Pilar 2. Justiça Criminal e Integridade.** Este

pilar está virado para apoiar os esforços nacionais no combater a corrupção e fortalecer as instituições de justiça penal na região, melhorando a eficácia de investigação, acesso à justiça, julgamento justo e execução de sanções penais, e garantir a protecção de grupos vulneráveis.

- **Pilar 3. Melhorar a prevenção da toxicod dependência, tratamento, cuidados e prevenção do HIV,** tratamento e cuidados para pessoas que usam drogas, incluindo usuários de drogas injetáveis e em Ambientes Prisionais. Este pilar visa apoiar os países a reduzir a demanda de drogas, prevenir infecções pelo HIV e outras enfermidades relacionadas com a droga, bem como o HIV e SIDA nas prisões, e promover o tratamento para reduzir consequências sanitárias e sociais.

Há três áreas transversais de apoio à implementação desses pilares.

Essas são a recolha de dados e análise, assistência legislativa e capacidade de desenvolvimento. *sadc.int* r

Dezembro - Março 2015



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 18 No 1 DEZEMBRO 2015

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisisrai, Anisha Madanhi,
Ntombikamama Moyo, Nyarai Kampilipili, Allan Chiduzo

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2015

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
P1 deloitteblog.co.za, K Sikuka SARDC, devpolicy.org, oneelectrical.co.zw;
P2 wordpress.com, sundayworld.co.za, namibiansun.com, globalenvision.org,
digest.com; P4 moneychoice.org, Getty Images; P5 wordpress.com, lidwala.com,
herald.co.zw; P6 hdwallpaperbackground.com, bellafrica.net, seychellesweekly.com;
P7 moerija.co.ls, visitlesotho.travel, wordpress.com; P9 SACRE; P10 wordpress.com,
building.co.ke, lawhub.co.zw, sadc.int; P11 view.ceros.com, cameraonline.org,
wordpress.com, www.gov.cn; P12 www.focac2015jhb.com, www.chine-embassy.org;
P13 herald.co.zw, au.int, wordpress.com; P14 observer.org.sz, chronicle.co.zw,
lawhub.co.zw, sadc.int; P16 thefamouspeople.com, psu.edu, wwwnc.cdc.gov

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbábue
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271
www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

 [sadc.net](https://www.facebook.com/sadc.net)  [@sadc.net](https://twitter.com/sadc.net)





Dezembro30 Novembro –
11 Dezembro,
França**Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**

A 21ª Conferência das Partes (COP 21) na UNFCCC reúne-se em Paris para prosseguir as negociações no sentido de um consenso global sobre as mudanças climáticas. Apesar do progresso feito no sentido de um acordo vinculativo, prevalecem profundas divisões sobre os níveis de emissões de carbono, financiamento do clima, tecnologia, capacidade de adaptação e gestão de riscos.

4- 5,
África do Sul**2ª Cimeira do Fórum de Cooperação China-África**

Esta é a sexta reunião a nível ministerial desde a criação do FOCAC no 2000, e é a segunda cimeira de líderes africanos e da China. A primeira cimeira realizou-se de 2006, em Beijing. Reunião decorreu sob o lema "África-China Progredindo Juntos: Ganhos colectivos da cooperação para o desenvolvimento comum" e serviu para melhorar a cooperação China-África, enriquecer o seu conteúdo e tornar a plataforma mais prática e eficiente.

10-11,
Botswana**Mecanismo Sub-Regional de Coordenação para a África Oriental e Austral**

A reunião das partes interessadas é um fórum para consultas sobre a forma de alcançar os objectivos do Plano de Negócios do Mecanismo Sub-Regional de Coordenação (SRM), incorporando-o como uma componente crucial dos planos de trabalho e orientações estratégicas para as comunidades económicas regionais e organizações intergovernamentais. O lema é: "Rumo a uma integração eficaz do Plano de Negócios do SRM, "Processo de Planeamento e Definição de Prioridades".

15-18, Quênia

10ª Conferência Ministerial da OMC

O mais alto órgão de tomada de decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) é a conferência ministerial, que se reúne em intervalos de dois anos, abarcando todos os membros da OMC. A conferência ministerial toma decisões sobre questões abrangidas por qualquer dos acordos comerciais multilaterais.

Janeiro
11-13, França**Seminário sobre Cooperação Regional no Sector Energias Renováveis**

O objetivo deste seminário é iniciar um intercâmbio entre fornecedores de dados regionais e especialistas em energia renováveis sobre tópicos e iniciativas em curso bem como estratégias futuras para promover a rápida implantação das energias renováveis.

18–21, Emiratos
Árabes Unidos**Cimeira Mundial sobre Energia do Futuro**

A cimeira será dedicada às energias renováveis, eficiência energética e energias limpas. WFES 2016 apresentará as partes interessadas do sector de energia uma oportunidade única para troca e partilha de tecnologia, boas práticas e parcerias de negócios.

30-31,
Ethiopia**26ª Sessão Ordinária da União Africana**

Chefes de Estado e de Governo reúnem-se na sua 26ª Sessão Ordinária da União Africana, precedida por reuniões ministeriais e técnicas dos funcionários. O tema da UA para este ano é "2016: Ano Africano dos Direitos Humanos com especial incidência sobre os Direitos das Mulheres".

Fevereiro
2, Global**Dia Mundial de Zonas Húmidas**

Esta data marca a adopção da Convenção sobre Zonas Húmidas em 1971 na cidade iraniana de Ramsar, hoje amplamente conhecida como a Convenção de Ramsar

16-17,
África do Sul**Feira de Energia Indaba 2016**

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilhar ideias e soluções para os desafios energéticos de África explorando, ao mesmo tempo, as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia existentes em África.

Março
9, Botswana**Grupo Temático de Energia da SADC**

O ETG SADC é uma reunião de coordenação de parceiros de cooperação, especialistas da SADC e das suas organizações subsidiárias para discutir formas de ajudar a região a lidar com os desafios energéticos.

40

ANGOLA @40

1975-2015

11 DE Novembro foi a data que Angola ganhou a sua independência há 40 anos, em 1975, na sequência de uma guerra de libertação nacional contra o colonialismo Português.

Navios portugueses chegaram a Angola em 1483 ostentando a bandeira do cristianismo, mas na verdade, voltado para consignar milhões de africanos como escravos através do mar para as Américas. Cerca de quatro milhões de escravos foram transferidos para o exterior de Angola durante cerca de 300 anos para trabalhar em plantações no Brasil e nas minas do México.

A Resistência aumentou porque angolanos indígenas eram brutalmente reprimidos até os meados do século 20, porque Portugal, uma metrópole na Europa, considerava Angola e Moçambique como territórios das suas províncias.

Nacionalistas angolanos criaram e sustentavam movimentos políticos clandestinos até os anos 1950. Inspirados pelo aumento dos sentimentos anticoloniais em toda a África, eles realizaram uma série de revoltas violentas em 1961, destinadas a libertar os presos políticos e protestando contra os abusos do trabalho agrícola. Isto tornou-se a faísca para o começo da guerra de libertação, desencadeada pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado pelo Dr. António Agostinho Neto.

Apesar de dois movimentos criados e apoiados pelo Ocidente para colaborar com o poder colonial e luta contra o MPLA, o movimento de libertação assaltou a capital e territórios suficientes para reivindicar a independência. A 11 de Novembro de 1975, a administração Portuguesa embarcou nos seus navios que estavam atracado no porto de Luanda, navegaram de volta para casa.

A Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), liderada por um emigrante do Congo, Holden Roberto, lutou contra o MPLA, no norte; enquanto a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, lutou no sul, apoiado pelo apartheid na África do Sul.

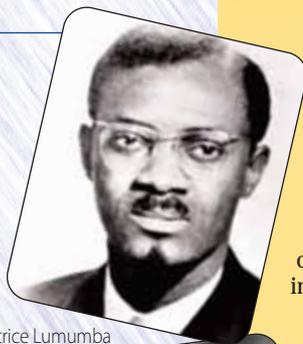
O novo governo do MPLA recebeu apoio material da União Soviética, Jugoslávia e Cuba, e as tropas cubanas lutaram como aliadas no sul de Angola depois do País ter sido pelas Forças de Defesa Sul-Africano depois da independência. As forças conjuntas realizaram uma ponte estratégica e impediram o objectivo apartheid de marchar para Luanda.

Uma escalada de guerra total continuou depois da independência, com ataques do exército Sul Africano, invasões e ocupações e, talvez mais significativamente, o intenso interesse demonstrado pelos Estados Unidos da América no destino de Angola, foram factores que marcam a história recente de Angola. Em 1991 realizaram-se eleições multipartidárias, no meio de um cessar-fogo que logo foi quebrado e a guerra continuou até que Savimbi foi derrotado e morto em Fevereiro de 2002.

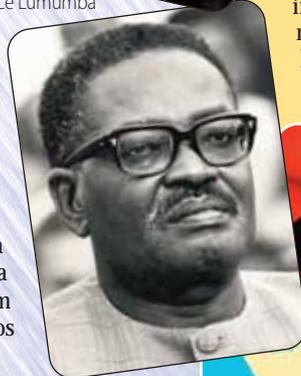
O envolvimento ocidental e em particular dos Estados Unidos em Angola remonta ao início da luta pela independência no início de 1960. A razão é agora evidente. Angola é rica em minerais, incluindo diamantes, mas o mais importante, tem vastas reservas de petróleo no litoral.

Angola é agora o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, depois da Nigéria e é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) desde 2007, fornecendo uma parcela significativa das importações de petróleo dos EUA.

A produção de petróleo em Angola aumentou gradualmente a partir da década de 1960 até a década de 1990, atingindo cerca de 750.000 barris / dia em 2000. Os primeiros campos em águas profundas foram abertos no Kuito em 1999 e aumentaram em 15 por cento por ano a partir de 2002-2008, operado principalmente por empresas dos EUA e da Europa. Angola detém 9 biliões de barris de reservas provadas de petróleo bruto, de acordo com as últimas estimativas do *Jornal Oil & Gas*. r



Patrice Lumumba



Agostinho Neto

RDC lembra Mártires da Libertação

04 DE JANEIRO é comemorado como Dia dos Mártires na República Democrática do Congo (RDC), que celebra a acção de massas naquela data, em 1959, que foi o início do fim do domínio colonial belga no Congo. "Independência imediata", o slogan dos manifestantes de Kinshasa, logo se tornou uma exigência inegociável do movimento da independência nacional e marcou o início da radicalização da luta. O curso da história congoleza foi alterado por este evento.



FERIADOS PÚBLICO NA SADC

Dezembro de 2015-Fevereiro de 2016

| | | |
|-------------|--|--|
| 8 Dezembro | Imaculada da Conceição | Seychelles |
| 9 Dezembro | Dia da Independência | Tanzânia |
| 10 Dezembro | Dia Internacional dos Direitos Humanos | Namíbia |
| 16 Dezembro | Dia da Reconciliação | África do Sul |
| 22 Dezembro | Dia da Unidade Nacional | Zimbábue |
| 25 Dezembro | Natal | Toda SADC menos Angola e Moçambique |
| | Dia da Família | Angola, Moçambique |
| 26 Dezembro | Dia da Boa-Vontade | África do Sul |
| | Dia da Família | Namíbia |
| | Dia do Boxe | Botswana, Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbábue |
| 29 Dezembro | Dia do Incwala | Swazilândia |
| 1 Janeiro | Dia do Ano Novo | SADC |
| 2 Janeiro | Feriado Público | Botswana, Maurícias, Seychelles |
| 4 Janeiro | Dias dos Mártires | RDC |
| 12 Janeiro | Dia da Revolução de Zanzibar | Tanzânia |
| 15 Janeiro | Dia de John Chilembwe | Malawi |
| 16 Janeiro | Dia dos Heróis (Laurent Kabila) | RDC |
| 17 Janeiro | Dia dos Heróis (Patrice Lumumba) | RDC |
| 1 Fevereiro | Dia da Abolição da Escravidura | Maurícias |
| 3 Fevereiro | Dia dos Heróis | Moçambique |
| 4 Fevereiro | Dia Nacional da Luta Armada | Angola |
| 8 Fevereiro | Festival da Primavera Chinesa | Maurícias |